POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFORÇO ESCOLAR: EM DISCUSSÃO O DIREITO A APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL

Sabrina Uchôa Vieira (PIC), Maria Eunice França Volsi (Orientador). E-mail: mefvolsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Educação/Planejamento e Avaliação

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Desigualdades Educacionais; Equidade Educacional.

RESUMO

A presente pesquisa de iniciação científica teve como objetivo investigar as políticas públicas de reforço escolar como estratégia complementar ao ensino regular no Brasil, a fim de compreender sua relevância para a redução das desigualdades educacionais e a garantia do direito à aprendizagem no Ensino Fundamental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-bibliográfico e documental, fundamentada em autores que discutem o fracasso escolar, como Patto; as desigualdades sociais e educacionais, como Arroyo e Dubet; as políticas de avaliação e responsabilização educacional, como Freitas; e as práticas pedagógicas e o processo de aprendizagem, como Zibetti, Pansini e Souza. A análise realizada evidenciou que as defasagens de aprendizagem estão relacionadas a fatores sociais, econômicos, institucionais e pedagógicos, não podendo ser atribuídas exclusivamente aos estudantes. Também foram identificadas mudanças nas políticas públicas, com a ampliação de ações de acompanhamento, diagnóstico e recomposição das aprendizagens. Entretanto, mesmo diante das políticas destinadas ao enfrentamento das defasagens de aprendizagem, permanecem desafios relacionados à efetivação das políticas, às desigualdades educacionais e ao uso das avaliações externas. Os resultados indicam que o reforço escolar pode ser compreendido como instrumento pedagógico voltado à garantia do direito à aprendizagem e à promoção da equidade educacional, desde que articulado ao ensino regular e às necessidades dos estudantes.

INTRODUÇÃO

A educação constitui um direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988 e reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Entretanto, a garantia do acesso à escola não assegura, por si só, o direito à aprendizagem. No Ensino Fundamental, permanecem desafios relacionados à alfabetização, ao desempenho escolar, à reprovação, à distorção

idade-série e à permanência dos estudantes, tornando as defasagens de aprendizagem uma questão relevante para as políticas educacionais.
Nesse cenário, o reforço escolar constitui uma das estratégias destinadas ao enfrentamento das dificuldades de aprendizagem. A legislação educacional brasileira incorporou ações de recuperação e acompanhamento escolar, mas a forma como essas iniciativas são organizadas e desenvolvidas varia conforme as políticas e os contextos educacionais. Zibetti, Pansini e Souza (2012) destacam a necessidade de problematizar o reforço escolar e seus diferentes modos de organização.
Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo investigar as políticas públicas de reforço escolar como estratégia complementar ao ensino regular no Brasil, buscando compreender sua relevância para a redução das desigualdades educacionais e para a garantia do direito à aprendizagem no Ensino Fundamental.

REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica e documental. O levantamento bibliográfico contemplou produções sobre fracasso escolar, desigualdades educacionais, reforço escolar, avaliação da aprendizagem e políticas educacionais, tendo como principais referenciais Patto (1999), Arroyo (2012), Dubet (2008), Freitas (2014) e Zibetti, Pansini e Souza (2012).
No levantamento documental, foram analisadas a legislação educacional brasileira e documentos normativos relacionados à recuperação, alfabetização e recomposição das aprendizagens. Foram consideradas as Leis nº 4.024/1961, nº 5.692/1971 e nº 9.394/1996, a Constituição Federal de 1988, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, o Plano Nacional de Educação e documentos referentes ao Programa Mais Educação, ao Programa Novo Mais Educação, ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e ao Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens. A análise dos materiais buscou identificar a trajetória das políticas de recuperação e reforço escolar, os fatores relacionados às defasagens de aprendizagem e as estratégias propostas para seu enfrentamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos e estudos selecionados evidenciou que as defasagens de aprendizagem não podem ser compreendidas como resultado exclusivo das dificuldades individuais dos estudantes. Os estudos analisados apontam a presença de fatores sociais, econômicos, institucionais e pedagógicos que interferem nas condições de escolarização e aprendizagem. Entre esses fatores, destacam-se as desigualdades sociais, as condições de acesso e permanência na escola, as dificuldades enfrentadas pelas instituições escolares e as formas de organização do trabalho pedagógico. Essa compreensão aproxima-se da análise de Patto (1999), ao questionar explicações que responsabilizam os estudantes e suas famílias pelo fracasso escolar, e de Arroyo (2012), ao relacionar as trajetórias escolares às desigualdades sociais que atravessam a experiência dos alunos.

No âmbito das políticas educacionais, a análise documental revelou diferentes formas de enfrentamento dessas dificuldades ao longo do período estudado. A legislação educacional passou a reconhecer a recuperação da aprendizagem como parte das responsabilidades da escola, enquanto políticas posteriores ampliaram as estratégias de intervenção por meio de ações de reforço, ampliação do tempo educativo, acompanhamento dos estudantes e organização de atividades voltadas às dificuldades identificadas. Programas como o Mais Educação e o Novo Mais Educação incorporaram a ampliação da jornada escolar como estratégia de intervenção, enquanto iniciativas mais recentes passaram a enfatizar o diagnóstico, o acompanhamento e a recomposição das aprendizagens.

A comparação entre essas políticas permitiu observar que, embora apresentem estratégias distintas, elas têm em comum a tentativa de responder às desigualdades de aprendizagem identificadas no percurso escolar. Entretanto, a análise também evidencia que a existência de uma política ou programa não garante, por si só, a superação das defasagens. As condições materiais das escolas, a disponibilidade de profissionais, a organização do trabalho pedagógico e a forma como as ações são incorporadas ao cotidiano escolar interferem diretamente na efetivação da aprendizagem. Nesse sentido, as discussões de Zibetti, Pansini e Souza (2012) contribuem para compreender que o reforço escolar pode assumir diferentes sentidos conforme a maneira como é organizado, podendo tanto apoiar o processo de aprendizagem quanto produzir novas formas de diferenciação entre os estudantes.

Nas políticas mais recentes, destaca-se ainda a ampliação do uso de diagnósticos e avaliações para identificar as aprendizagens consolidadas e aquelas que necessitam de intervenção. Embora esses instrumentos possam contribuir para orientar o planejamento pedagógico, sua centralidade também exige análise crítica. A partir de Freitas (2014), compreende-se que a avaliação não constitui apenas um procedimento técnico, pois está relacionada às disputas em torno da definição dos objetivos educacionais, dos conhecimentos considerados prioritários e dos resultados esperados. Dessa forma, a utilização de avaliações e indicadores precisa ser analisada considerando seus efeitos sobre o currículo e sobre o trabalho realizado pelas escolas.

Os resultados indicam, portanto, que as defasagens de aprendizagem são produzidas e agravadas por um conjunto de condições que ultrapassam a dimensão individual, enquanto as políticas públicas apresentam diferentes estratégias para seu enfrentamento. A trajetória analisada revela uma ampliação das formas de intervenção, passando de ações de recuperação e reforço para propostas que também incorporam acompanhamento, diagnóstico e recomposição das aprendizagens. Entretanto, permanecem desafios relacionados às condições de implementação das políticas e às formas de avaliação e acompanhamento dos resultados.

CONCLUSÕES

A pesquisa permitiu compreender que as defasagens de aprendizagem estão relacionadas a diferentes fatores que ultrapassam a dimensão individual dos estudantes e que as políticas públicas constituem respostas construídas para enfrentar essas desigualdades. A análise das políticas evidenciou mudanças nas formas de intervenção, passando de ações de recuperação e reforço para estratégias que também incorporam acompanhamento, diagnóstico e recomposição das aprendizagens.

Conclui-se que o reforço escolar pode contribuir para a garantia do direito à aprendizagem e para o enfrentamento das desigualdades educacionais, desde que compreendido como parte do trabalho pedagógico e articulado às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, sua efetividade está relacionada à forma como as ações são organizadas e desenvolvidas no contexto escolar,

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e pela oportunidade de concluir esta etapa. À Universidade Estadual de Maringá (UEM) e ao Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), pelo espaço e pelas condições oferecidas para minha formação. À minha orientadora, Maria Eunice França Volsi, pela orientação, dedicação e contribuições fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Fracasso-sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n. 53, p. 46-74, 1992.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

DUBET, F. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades.** São Paulo: Cortez, 2008.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ZIBETTI, M. L. T.; PANSINI, F.; SOUZA, M. P. R. Reforço escolar: espaço de inclusão ou exclusão? **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 237-246, jul./dez. 2012.